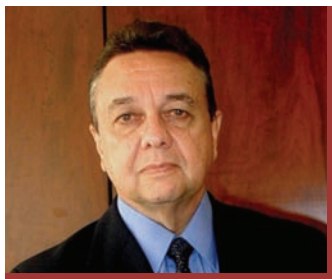


## Diário de bordo

## A FAO, o G8 e a Unica



Roberto Rodrigues\*

NA DISCUSSÃO infindável sobre o falso dilema dos efeitos dos biocombustíveis na redução da produção de alimentos, ouve-se de tudo. Cada ator usa diferentes aproximações, atendendo a interesses de nações ou de grupos privados para se posicionar. Enquanto isso, agricultores do mundo todo se movimentam para aproveitar os bons preços das principais *commodities*, aumentando as áreas de plantio. E não falta quem afirme que os preços agrícolas nunca mais serão baratos, esquecendo-se das melhores tecnologias que aumentam a produção e a oferta.

Na recente cúpula sobre alimentação da FAO, realizada em junho passado em Roma, o tema foi Mudanças Climáticas, Energia e Alimentos. Depois de intensos debates e estudos prévios, a recomendação da FAO foi direta, reiterando que alimento não pode ser usado como instrumento de pressão política e econômica, e que a comunidade internacional deve tomar medidas urgentes para combater a alta dos alimentos, sem perder de vista a questão dramática do aquecimento global e o uso de biocombustíveis.

Mas, isso tudo depende da ação de cada governo, e a FAO só pode recomendar.

De outro lado, na reunião do G8, em julho, no Japão, teve até a fala de Robert Zoellik (o mesmo que chefiava a área de comércio americana nas discussões sobre

Doha em Cancun, o que quis nos impingir goela abaixo um acordo USA/UE que mataria qualquer abertura comercial agrícola), hoje no FMI, que fez uma previsão confusa sobre o aumento da fome no mundo como consequência da produção de biocombustíveis. Com isso, atçou atores, como a própria UE, que vem discutindo sua diretriz de mistura de álcool à gasolina.

Confusões, interesses e ignorâncias a parte, o que nos compete é esclarecer à exaustão a todos os agentes mundiais as vantagens do nosso etanol de cana, que não concorre com alimentos, mesmo considerando que nos Estados Unidos a produção de etanol de milho é uma questão estratégica. E a Unica, associada à Apex, entrou com competência nessa seara, fazendo campanhas publicitárias na Europa e nos Estados Unidos, abordando a sustentabilidade do nosso modelo de produção e a tarifa imposta pelos americanos ao nosso etanol.

Na Europa, a campanha começou em junho, no do jornal semanal *European Voice*, que pertence ao mesmo grupo da revista *The Economist*, e que circula nos meios políticos de Bruxelas. Foram feitos dois anúncios de página inteira, um destacando a redução das emissões de gases de efeito estufa com o uso do etanol, e outro mostrando que, com 1% das terras aráveis do Brasil plantadas com cana, foi possível reduzir em 50% o uso da gasolina. A campanha será mantida até dezembro.

Nos Estados Unidos a campanha se concentrou no feriado da Independência, 4 de julho, em três jornais, 55 emissoras de rádio da Flórida, da Califórnia e de Washington, e ficará na *internet*.

Isso é maturidade: defender com vigor e audácia aquilo em que se acredita e em que se aposta como benefício mundial. Sem discursos vazios. ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

## A Amazônia e o agronegócio



Cesário Ramalho da Silva\*

FUI CONVIDADO pelo ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, para debater a Amazônia e o agronegócio, quando entregamos-lhe um documento com propostas da SRB.

É preciso criar políticas de desenvolvimento sustentável distintas para a Amazônia Legal, uma convenção de território político que contempla até centros urbanos, e para o bioma amazônico, que envolve a floresta.

Somos cobrados pelo mundo inteiro por respeito ao meio ambiente. Isso pode criar um problema para toda a agricultura brasileira, pois vivemos uma guerra comercial.

Pontuamos que é preciso aumentar a presença do Estado na Amazônia, onde vivem cerca de 25 milhões de pessoas, bem como promover a regularização fundiária e estimular o manejo sustentável, com atividades compatíveis com a região.

A falta de segurança jurídica para a floresta amazônica favorece o desmatamento e a grilagem. O governo federal tem de assumir uma política de Estado para a região, mostrando que tem responsabilidade pela Amazônia, funcionando como agente fiscalizador, indutor e gestor de políticas de desenvolvimento sustentável.

É preciso identificar de quem são as terras da região. O georreferenciamento